



ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 8 DE MARÇO DE 2016.

Compareceram os Senhores vereadores ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CLAUDIO TINOCO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, LÉO PRATES, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ e SÍLVIO HUMBERTO. Às 8h55, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da décima audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema “Infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos”. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ); Carlos Vicente da Silva, da Coordenação de Planejamento e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil (SINDEC), representando o secretário Paulo Fontana; Raimundo Filgueiras, diretor de Planejamento da Companhia de Transportes da Bahia (CTB); e Lídia Santana, coordenadora da Comissão Técnica do PDDU. Com a palavra, o senhor presidente saudou os presentes e os integrantes da Mesa, na pessoa da senhora Lídia Santana, pelo Dia Internacional da Mulher. Elogiou a produtividade da audiência anterior, principalmente as adequações a legislação federal sugerida pela debatedora Erica Rusch, lembrou que o Projeto deve receber contribuições e ressaltou o papel da CMS em debatê-lo, por meio de audiências públicas e oficinas. Na sequência, falou da importância do tema a ser debatido e explicou o rito da audiência. O vereador Léo Prates saudou a todos e, em especial, as senhoras Lídia Santana e Ana Cristina, em cumprimento ao Dia Internacional da Mulher. Parabenizou o debate ocorrido na audiência anterior e destacou as discussões sobre o instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada (OUC), estabelecida obrigatoriamente pela Lei n. 10.257/2001. Elogiou a inovação das audiências devolutivas, afirmando ser algo que não ocorre na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), e fez um apelo ao presidente para a melhoria na recepção das contribuições digitais em tempo real. O senhor presidente lembrou que qualquer entidade poderia solicitar a realização de oficinas sobre o PDDU, desde que previamente agendada, para que ocorresse a transmissão da TV Câmara. O vereador Arnando Lessa disse que estava adoentado, mas que não poderia deixar de vir diante da importância do tema. O senhor Carlos Vicente agradeceu a confiança do secretário Paulo Fontana e explicou, por meio de *slides*, que sua apresentação contemplava o Título VII do

Projeto, “Da Infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos”. No início, ressaltou conceitos e disposições gerais como o que norteia as políticas públicas no âmbito do Município, especialmente as relacionadas aos serviços urbanos básicos, que devem se orientar pelos princípios da inclusão e da equidade social em promover a inserção plena dos cidadãos nos circuitos produtivos e de consumo coletivo. Registrou que um dos objetivos da Política de Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos é garantir o atendimento – em especial aos serviços de saneamento básico – a todas as áreas de Salvador e assegurar a qualidade na prestação desses serviços, como defesa civil, iluminação pública, abastecimento alimentar, cemitérios e serviços funerários, e, com isso, fortalecer a posição do Município enquanto poder concedente dos serviços de saneamento básico. Sobre o art. 89 do Projeto, citou o art. 4º da Lei estadual n. 11.172/2008, que acrescenta “as ações de combate e controle a vetores”, principalmente com os atuais problemas relacionados ao mosquito *Aedes aegypti*. Enfatizou que o conceito de saneamento básico compreende o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido pela Lei federal n. 11.445/07. No que se refere ao abastecimento de água, disse ainda faltar um fornecimento de informações e bases cadastrais atualizadas sobre serviços, equipamentos e infraestrutura, com o intuito de estabelecer metas para a redução das perdas no sistema. Quanto ao esgotamento sanitário, chamou atenção para a degradação dos corpos d’água de Salvador e, conseqüentemente, a poluição das praias, considerando que a Capital precisava estabelecer prioridades para implantação de rede coletora e ligações domiciliares, de acordo com os níveis de demanda reprimida e necessidades mais acentuadas para a gestão. Ainda sobre o esgotamento sanitário, concluiu que se fazia necessário investimento em novas obras para ampliação da cobertura da rede de galerias e uma maior fiscalização da ocupação humana ao longo das bacias hidrográficas, de forma a evitar enchentes e transtornos para a população. Sobre a drenagem e o manejo de águas pluviais, orientou à promoção de um maior equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais, com o objetivo de controlar a ocupação e o processo de impermeabilização do solo. Apontou, como uma das formas de se atingir tal diretriz, a elaboração do cadastro físico das redes de macro e microdrenagem de águas pluviais do Município; a fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas, fundos de vale e nas áreas de encostas e, por fim, a monitoração preventiva e periódica, seguindo as orientações do Plano Preventivo de Redução de Riscos e do Plano de Saneamento Básico do Município. Hierarquizou os princípios da gestão da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Salvador na seguinte ordem: geração de resíduos e sua minimização; reutilização e reciclagem de resíduos; e tratamento e disposição

final. Finalizou seu discurso com o compromisso de progressivamente enterrar as redes de distribuição e iluminação pública, prioritariamente em obras novas, novos loteamentos e em vias de maior hierarquia, e exemplificou as intervenções realizadas recentemente na Barra, Rio Vermelho e Ribeira. Assumiu a Presidência o vereador Arnando Lessa, que registrou algumas presenças. Com a palavra, o senhor Raimundo Filgueiras explicou que sempre atuou na atividade regulatória e comentou sobre serviços que, numa metrópole, devem ser compartilhados entre municípios, como os relacionados à mobilidade, que considerou atrasada, em Salvador, nos últimos anos, à exceção de recentes inovações. Exibindo *slides*, historiou a realidade do saneamento básico na Cidade. O senhor presidente pediu licença para interromper o orador por alguns minutos, para que fossem exibidas imagens da Sessão Solene pelo Dia Internacional da Mulher, que acontecia no Plenário. Retomando seu discurso, o senhor Raimundo Filgueiras mostrou a evolução ocorrida no saneamento básico em Salvador, que se acentuou com o advento do princípio da eficiência, com o qual reduziu-se o desperdício e a falta de continuidade. Explicou que a Constituição atribuiu o saneamento básico aos municípios, e a Lei de Concessões, posteriormente, possibilitou essa forma de contrato para o serviço. Apontou a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei de Consórcio como marcos evolutivos, defendendo que o consórcio fosse considerado no PDDU. Explicou que agências municipais de saneamento foram criadas em Salvador e no Estado e destacou o Estatuto da Metrópole. Explicou ainda a natureza voluntária do consórcio, que difere da compulsoriedade de se integrar Região Metropolitana. Expôs os novos conceitos em serviços, como serviço adequado, direitos e obrigações dos usuários, modicidade das tarifas, controle social, gestão associada e prestação regionalizada, e também elementos de gestão de serviços, como planejamento, regulação, fiscalização, prestação e controle social. Explicou as “indústrias de rede”, conceito econômico de atividades como saneamento e produção e distribuição de energia elétrica, que envolvem várias fases em sua cadeia produtiva. Expôs as inovações no tratamento dos resíduos sólidos, que também funciona através de consórcio – entre Salvador e municípios de sua Região Metropolitana, modelo que considera uma tendência natural. Também expôs sobre o manejo das águas pluviais, observando que, no Brasil, costuma-se atuar para enfrentar emergências com chuvas, e não para preveni-las. Ainda sobre saneamento, disse ser necessário um plano para Salvador e observou que o contrato do Município com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) já está vencido e dependia disso para prosseguir, pois não será mais no formato de concessão, mas, de contrato de programa, o qual exige a existência desse plano e de estudos de viabilidade. Desdobrou aspectos da Lei n. 11.445/2007, com destaque para a sustentabilidade, e explicou que o Estatuto da Metrópole, criado em 2015, deve ser

considerado no PDDU. Explicou ainda a criação de regiões metropolitanas por lei complementar estadual e disse que elas concentram 43% da população do País. Também explicou a noção de “função pública de interesse comum”, elemento para atribuir a execução de serviço ao grupo de municípios metropolitanos, e deu como exemplos o *Ferry Boat* (entre Salvador e os Municípios da Ilha de Itaparica) e o Metrô (entre Salvador e Lauro de Freitas). Expôs os elementos identificadores de uma região metropolitana e destacou o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Salvador (RMS) como algo a ser observado pelo PDDU. Também expôs a noção de “governança interfederativa”, também relacionada às regiões metropolitanas, e explicou que a Lei de Improbidade Administrativa obriga os gestores a criar as entidades metropolitanas. Expôs, num mapa, a RMS, criada pela Lei Complementar estadual n. 41, e seus elementos, e discorreu sobre o Fundo de Universalização do Saneamento Básico. Explicou a regulação de serviços como atividade disciplinadora importante em serviços monopolizados, nos quais há “assimetria de informações” (quando empresa conhece bem o consumidor, mas a recíproca não existe), a qual é corrigida através da regulação, que também diminui perdas, e disse que ela se realiza através de normas, com previsão de penalização. Destacou o desafio da universalização dos serviços de água e esgoto, na qual vê avanços, e expôs sobre o sistema tarifário, no qual a tarifa é progressiva e escalonada por faixa de consumo, e a estrutura tarifária se organiza por classes de consumidores. Reiterou a defesa da consorcialização e defendeu também a vontade política para se fazer valer a lei, em nome da universalização. Concluindo, defendeu ainda os investimentos, a viabilização do Plano Municipal de Saneamento e o atendimento à demanda crescente de água potável. O vereador Léo Prates desejou boas-vindas ao grupo de moradores do Subúrbio ferroviário, motivados pela discussão do Estádio de Periperi no contexto do PDDU. O senhor presidente registrou a presença do vereador Geraldo Júnior e convidou-o a compor a Mesa. O senhor Carl Hauenschild explicou que, na discussão sobre infraestrutura, é preciso a espacialização das demandas e a abrangência dos serviços oferecidos, considerando que o PDDU define qual a política para resolver os problemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, entre outros. Criticou que faltem diagnósticos de localização onde a rede é obsoleta ou a existência de demanda pelos serviços públicos, dando como exemplo a poluição das águas da praia pela falta de cobertura da rede de esgotamento sanitário ou a ligação das águas de drenagem na rede de esgotamento. Condenou que o PDDU só possuísse as diretrizes, e não as políticas de enfrentamento das questões, afirmando que não existem metas de curto, médio e longo prazo para Salvador mudar a situação atual. Criticou a ausência de visão de futuro do plano diretor, ao não discutir a capacidade de gerar energia solar fotovoltaica e do tráfego de rede de fibra ótica para transferência de dados, sem especificar

onde há problemas, quais indicadores estão insuficientes e em quanto tempo se iria melhorá-los. Por fim, considerou insuficiente a política de desenvolvimento urbano do Projeto, já que cada item possui inúmeras diretrizes e objetivos genéricos, diferentemente do que ocorreu no Plano de 2004, com indicadores mais precisos. O senhor presidente registrou a presença da promotora de Justiça Hortênsia Pinho e de Aldo da Anunciação, filho do ex-vereador Alcindo da Anunciação. O senhor Henrique Barreiros disse que o PDDU de 2004 passou a permitir que na área perimetral do lote fossem construídas vagas de garagens, o que, a seu ver, sacrificou o nível de saturação viária, contribuindo para uma maior impermeabilização do solo e uma elevação da temperatura da Cidade. Considerou a falta de participação popular como o maior prejuízo do projeto Bahia Azul, que, por conta das ligações secundárias realizadas pela população desavisada, teve como consequência o aumento excessivo da rede de esgotamento sanitário. Lembrou que o PDDU de 2004 agregou as instituições da sociedade civil organizada, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Para concluir, opinou que o Projeto atual, com relação às áreas de estudo do macrozoneamento, pelo menos tivesse como base os mesmo parâmetros utilizados no Plano anterior, afirmando que isso facilitaria uma revisão mais adequada e projetada para a atualidade. O vereador Léo Prates citou frase do vereador Sílvio Humberto importante para ele haver aprendido o sentido de participação popular, a qual “dá trabalho”, segundo o outro edil. Discordou de ter havido maior participação popular no PDDU de 2004, considerando que as entidades presentes naquela ocasião não eram mais importantes que a população presente desta vez. Disse não aceitar imposições que afrontam a autonomia constitucional dos municípios, como as que via na regulação das regiões metropolitanas, embora mantivesse uma perspectiva de Salvador integrada à RMS. Considerou que o PDDU deveria estar adequado a isso, mas observou ainda inexistir Plano-Diretor Metropolitano, de competência do Estado, que tem até 2018 para produzi-lo, enquanto o Município tem até 2021 para adequá-lo ao PDDU. Observou que essas previsões levariam seis anos para serem cumpridas, sendo de oito anos a validade do PDDU, e indagou como amenizar isso, propondo uma mesa de debates para tratar conjuntamente, com o Estado, da questão. O senhor Marcos de Jesus avaliou como um crime a possibilidade de o estádio de Periperi ser entregue à iniciativa privada, considerando o equipamento importante frente ao fato de que, nos fins-de-semana, a violência cresce no local, justamente pela restrição de opções de atividades. Afirmou que a cidadania da Periferia estava em crise, e que a Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS) deveria fazer nova desapropriação do equipamento do estádio, não repetindo a omissão da gestão do prefeito João Henrique, que o perdeu por falta de pagamento. Criticou o

fato de um terreno disponível em Periperi, oriundo de antiga feira, estar sendo transformado em praça, quando já existem cinco praças no local, num raio de 2 km, e sugeriu que, nessa área, fosse criado um centro social urbano. Também criticou a devolução de 15 milhões pela CMS, questionando se ela não realizava investimentos, e também por que, com tais recursos, não se fazia nada pelo estádio, já visitado pelo presidente Paulo Câmara. O senhor presidente explicou que a CMS, constitucionalmente, não tem como prerrogativa a execução de obras e que a devolução de recursos para o Poder Executivo significava que a gestão foi austera e responsável. Mencionou a construção de um equipamento urbano próximo ao condomínio Dom Eugênio Sales, em Periperi, contando ser uma área que o Governo estadual, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), cedeu à Prefeitura. Por fim, registrou a presença da ex-secretária Kátia Carmelo e do senhor Carlos Alberto Matos Vieira Lima, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON). O vereador Léo Prates esclareceu o papel do Poder Legislativo de elaborar leis e fiscalizar as ações do Executivo. Mencionou os investimentos na TV Câmara e a contratação de servidores, realizada pela atual gestão, e disse que a devolução dos 15 milhões, no ano passado, foi fruto de um esforço dos vereadores na economia dos gastos públicos. Lembrou que, quando os vereadores aumentam o número de assessores, tanto a imprensa como o Tribunal de Contas criticam a CMS, e lamentou que também houvesse crítica quando o dinheiro é devolvido aos cofres municipais. Concordou com a proposta de tornar a área do Estádio de Periperi uma zona de interesse social, e afirmou que, para isso, a articulação entre Prefeitura e Estado, tornava-se importante. A senhora Kátia Carmelo defendeu a necessidade de planta hidrográfica no PDDU, explicando que ela já existe, como fruto do trabalho conjunto de instituições. Defendeu também que se pusesse em prática o Plano de Manejo de Resíduos e a criação de consórcio para esse fim, e criticou o fato de aterro sanitário estar ao lado de represa. Disse que o Município já havia homologado o novo registro aéreo da Cidade, elogiou o senhor Carlos Vicente e, sobre o estádio de Periperi, indicou bases do novo PDDU para a criação de parceria que o manteria com o Poder Público. O vereador Léo Prates convidou a oradora para participar, como especialista, de um encontro para discutir o PDDU. O senhor Mozart Estrela saudou as mulheres pelo seu Dia Internacional; disse que o vereador Léo Prates defendia o indefensável, pois o saneamento deveria ser tratado com metas; e leu artigos do PDDU mostrando que eles não traziam efetividade nesse sentido, o que, a seu ver, poderia provocar judicialização. Disse não ver prazos, como os existentes em outros instrumentos, o que significava ausência de parâmetros para cobrança da sociedade, e citou nomes de especialistas que criticaram isso. Disse ainda ter sido pedida a retirada de dispositivo do Projeto que dá a Salvador a coordenação da RMS, o que seria incongruente

com a existência de uma Entidade Metropolitana para essa atribuição. Criticou a falta de planos para encostas e para drenagem e contestou afirmação do vereador Léo Prates de que a Prefeitura havia feito obras de encostas, afirmando que ela não tinha recursos para isso. Observou que a epidemia de Zika só acontece onde não há saneamento e informou que Salvador tem 98% de cobertura de abastecimento de água, mas índice bem menor quanto a esgotamento, estando a Embasa sem legitimação do seu contrato. O senhor Raimundo Filgueiras disse que não cabia ao PDDU detalhar metas, mas, ao Plano de Saneamento, bem como aos demais planos setoriais, e que era importante Salvador concluir seu Plano, lembrando que o de Resíduos Sólidos ainda não fora concluído. Explicou que se constrói um Plano para vinte anos e, de quatro em quatro anos, ele é revisado. O vereador Léo Prates pediu que o debate político-partidário fosse evitado, mas concordou com o dito pelo senhor Mozart Estrela de que, depois de dez anos do governo do PT, não havia alguém satisfeito com o serviço da Embasa. Disse que a Prefeitura deu ao Governo do Estado 98 projetos de encostas, sendo que apenas 17 foram feitas, e destacou que projeto custa dinheiro. Citou duas encostas feitas pela Prefeitura, da Ladeira do Cacau e do Barro Branco, e registrou que o PT foi contra a desafetação de área para a construção do conjunto habitacional do Barro Branco. O senhor José Luiz observou que a Cidade estava envolvida em drogas e violência. Questionou quantos assessores tem um vereador, quanto ganhava um edil e o que ele fazia, tendo sido respondido pelo vereador Léo Prates. Comentou sobre a devolução dos 15 milhões, disse existir outro modelo de direcionamento para a Cidade e lamentou que aqui ainda fosse o Brasil Colônia. Ressaltou a soberania da Plenária, criticou discursos repetidos, questionou sobre o riso e elogiou a TV Câmara. Lembrou que é melhor prevenir, mencionando entrevista do prefeito ACM Neto sobre as sirenes de alerta, e pediu educação para a captação de água. Protestou quanto ao modelo da Mesa, dizendo que seus membros deveriam também ter apenas três minutos de fala, e mencionou a transposição do Rio São Francisco, sobre o que pediu esclarecimentos. O senhor Jorge Weber informou a realização do Fórum Ciclo Salvador e a elaboração de documento para adequar propostas de emenda ao Projeto do PDDU. Afirmou que a Legislatura economizava recursos mas deixava de investir em comunicação sobre as audiências, cujo calendário criticou, e disse não ver, no PDDU, uma cidade integrada, tampouco metas e compromissos. Disse ainda que ele e seu segmento pleiteavam alterações no Projeto para infraestrutura, incluindo-se algumas que visavam à segurança dos usuários de bicicleta, e que protocolaria o documento, esperando respostas. O vereador Léo Prates disse que a divulgação das audiências teve de ser com gasto mínimo, por determinação do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), estando-se em ano eleitoral, mas que houve ampla divulgação, além de alteração do calendário criticado. O senhor Carl Hauenschild

comentou a fala do senhor Raimundo Filgueiras quanto a metas do PDDU, afirmando que ele deveria se nortear pela função social da propriedade, tendo traços políticos e metas de integração intersetorial, e deu o exemplo de dados sem os quais esses elementos não seriam obtidos. Disse que as metas deveriam ser postas como parâmetro temporal para que ações se articulassem entre si. O senhor Raimundo Filgueiras disse que talvez tivesse sido mal compreendido e esclareceu que quis dizer que não é o PDDU quem irá trazer as metas; que ele pegaria as metas dos planos setoriais. O senhor Adalberto saudou as instituições do Subúrbio Ferroviário presentes, que lutam por seus direitos, e pediu uma salva de palmas a elas, no que foi atendido. Afirmou que a comunidade participa quando vê resultado e mencionou a situação da arena de Periperi. Saudou as mulheres pelo seu dia, na pessoa de Kátia Carmelo. Historiou o processo sobre o estádio, desde 2009 até a aprovação do Projeto de Indicação para sua reforma, e informou que até então nada tinha sido feito. Disse terem feito tudo que deviam, participando de cada etapa, mas, mesmo assim, não obtiveram êxito, e questionou como a CMS aprovava duas vezes Projeto sobre o estádio e, ainda assim, nada era feito. Desejou que o equipamento fosse uma zona de investimento social, de forma a impedir a atuação dos empresários, e agradeceu aos vereadores que os ouviram. Registrou que mais de 26 instituições desenvolvem algum trabalho social no local, onde era para serem realizadas políticas públicas, acabando com o pesadelo da população local. A senhora Regina Serra, da Amabarra, solidarizou-se quanto à manutenção do Estádio de Periperi. Em seguida, indagou como o PDDU poderia ser aprovado se ele devia andar pari passu com o Plano de Saneamento, que ainda não existia, e disse que em Salvador não existe planta da rede de captação pluvial, sendo que o único funcionário que a conhecia morreu. Disse, porém, já haver recurso tecnológico para tanto, mas, nada ser feito, e comentou sobre o estado das praias da Barra, que, quando chove, desce “de tudo”, inclusive ratos e baratas. O senhor Daniel Colina observou que o prazo para o planejamento metropolitano, pelo Governo do Estado, é até 2018, e concordou com o vereador Léo Prates sobre a ideia de ação conjunta entre os Governos municipal e estadual, dizendo que, como membro do Conselho Municipal, vê a questão como técnica e política, e não legal. Sobre a fala do senhor Marcos de Jesus, defendeu atenção especial ao Subúrbio Ferroviário, com planejamento estruturante, que valorize a Baía de Todos-os-Santos e o Recôncavo, inclusive pelo aspecto histórico. Concordou com o senhor Marcos quanto à violência que emerge da falta de oportunidades, sobre isso lembrando o conceito de escola-parque, de Anísio Teixeira, e concluiu afirmando que, desde cedo, o aluno deve compreender seu direito à cidade. O senhor Armando Freitas disse ter sentido falta de parlamentares mulheres na audiência e afirmou que o estádio de Periperi é, proporcionalmente, o maior de Salvador, à exceção do de Pituçu. Lamentou que

trecho entre a Baixa do Fiscal e a Base Naval só fosse lembrada em época de eleição, sendo as promessas para a região descumpridas, e disse que a frase “do povo, para o povo e pelo povo” era apenas retórica. O senhor presidente informou Oficina em Periperi na semana seguinte, para tratar do bairro e adjacências. A senhora Lílian Boaventura parabenizou as mulheres pelo seu dia. Em seguida, contou ter sido moradora da San Martin, quando acompanhou o desabamento do Morumbi. Lembrou que, à época, foi construída uma encosta, a qual, no entanto, considerou ser um paliativo, já que, mais recentemente, houve novo desabamento. Contou ter perdido muitos entes queridos e questionou se a nova encosta seria mesmo resistente. Disse que, atualmente, era moradora da Rua Amargosa, em Pernambués, uma rua de barro e sem infraestrutura, conhecida do edil Pedrinho Pepê e, também, do prefeito, que já foi alertado da situação. Lembrou que todo ano tem dinheiro nos cofres públicos e afirmou que, primeiro, é preciso cuidar de quem precisa, para depois construir novas coisas, mencionando obra na orla da Cidade, dizendo que ela foi comemorada pelo vereador Léo Prates. Lembrou que a Cidade teve recurso para creches e nada foi feito. Disse não querer saber qual partido vai fazer, mas apenas que se faça. Pediu que os vereadores fossem até a rua para ver a situação e que eles conversassem com o prefeito. Contou que houve licitação para a rua em 2014, no valor de 2 milhões, mas que a Superintendência de Conservação e Obras Públicas (SUCOP) disse que a verba “caiu”, e concluiu pedindo que não esquecessem da rua. O vereador Léo Prates disse ter comemorado investimentos em Cajazeiras e em outras localidades. O vereador Claudio Tinoco afirmou que o texto do PDDU trazia diretrizes importantes sobre o tema em discussão, que visam a garantir a autonomia municipal na área de saneamento, e que a CMS precisava avançar ainda mais nessas diretrizes, para que Salvador assumisse de fato essa titularidade. Desejou que essas diretrizes estivessem espelhadas na política urbana e mencionou ação contra concessionária de serviços, desejando nova licitação para limpeza urbana. Disse que faria suas proposições no momento oportuno, mas as entregou, de maneira simbólica, à Mesa. Com relação ao Estádio de Periperi, registrou a perspectiva de se criar uma zona especial, e disse que tem conversado com o prefeito desde que foi encerrado o prazo de licitação, lembrando que nada foi feito na gestão passada. Disse que soube, por alto, que o valor da desapropriação é de 12 milhões, mas que não adiantava realizá-la se não houvesse políticas públicas para o equipamento. Por fim, mencionou a antiga Escola Cenecista de Paripe, onde não há nenhuma atuação do poder público. O vereador Gilmar Santiago destacou a importância dos temas da audiência e lamentou que a infraestrutura e o saneamento tivessem estrutura precária na maior parte do território municipal, dando dados comparativos para ilustrar a desigualdade existente. Observou que, no Subúrbio, há muitas ruas de barro ou asfaltadas e sem drenagem, e comentou sobre o Plano

Municipal de Saneamento Ambiental, de sua autoria, que não prosperou por se envolver em competência do Executivo. Disse que a carta-programa de concessão com a Embasa ainda não havia sido assinada e que as epidemias atualmente vistas não existiriam se houvesse manejo adequado dos recursos e resíduos, em lugar da prevalência de quem lucra com os serviços pertinentes. Concluiu pedindo que o Executivo elaborasse metas para encostas, entre outras demandas. O senhor Wellington Oliveira explicou que o estádio de Periperi não servia apenas para o futebol, albergando outras modalidades esportivas, realidade que não havia mudado em 20 anos. Dirigindo-se ao vereador Claudio Tinoco, que havia comentando sobre práticas esportivas, contou que sua vida e a de muitos foram mudadas para melhor, e desviadas de maus caminhos, pela ação de professor de esporte que estava presente no auditório, e para quem pediu aplausos, sendo atendido. Concluiu dizendo querer o mesmo destino para outros jovens, e pedindo atenção ao estádio. O senhor Antônio César, representante de algumas associações de igrejas, disse que a manutenção do Estádio não era apenas em razão dos esportes, e lembrou que o filho do rico ia muito ao Subúrbio atrás de drogas. Pediu que o prefeito olhasse não só para Periperi, mas para outros lugares, para mudar a realidade do povo, e indagou o que adiantava criar praças, mas não cuidar da estrutura e ela acabar servindo de abrigo para drogados. O senhor Adilson Brunelli disse que a associação da qual faz parte atua no Estádio há 41 anos. Disse acreditar que a desapropriação não iria acontecer, porque confia em todos os vereadores e gestores, e lembrou que, no local, atuam diversas escolinhas que tiram crianças das ruas, sendo mais de quinhentas as que atualmente participam das atividades. O edil Pedrinho Pepê disse que tem acompanhado as discussões sobre o PDDU, que audiência pública é para os edis ouvirem os cidadãos e que só subiu à Tribuna porque foi citado. Agradeceu aos presentes por virem participar das discussões, e lembrou como se deu o processo do PDDU, desde sua elaboração pelo Executivo, até o momento, afirmando que o relator iria se debruçar sobre as contribuições recebidas. Disse que esteve na Rua Amargosa, levado pelo senhor Neri, quando mais de cem pessoas se reuniram para tratar das questões, e que a comunidade foi atendida na alteração da potência de iluminação da rua. Disse que levou o senhor Neri até o secretário Paulo Fontana e que o prefeito ACM Neto determinou a licitação, tendo sido liberado o orçamento de 2 milhões e 400 mil reais, mas que, na hora de executá-lo, faltou verba. Confirmou faltar toda a infraestrutura na rua, mas disse que o projeto não estava morto, e lembrou que a comunidade entrou na Justiça, estando a situação sob juízo, mas que o papel do vereador foi feito. O senhor Epaminondas, líder da Estrada Velha do Aeroporto e de Sete de Abril, saudou a todos, em especial os líderes comunitários presentes, e parabenizou o prefeito por sua atuação, contando que o posto médico da região passou a funcionar, apenas faltando a reforma da

cadeira do dentista e as condições para fazer eletroencefalograma. Disse que precisam do campo da Sete de Abril e de esgotamento sanitário, e mencionou serviço realizado pela Coelba que deixou a rua em um estado horrível. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 7 de março de 2016, após o quê, o senhor Henrique Barreiros disse não se recordar de ter utilizado a expressão “falta de respeito” em referência à ausência dos edis à audiência devolutiva do dia anterior, mas de ter mencionado a ausência, inclusive fazendo uma estatística entre vereadores da situação e de oposição. Disse que sua fala foi dentro de um contexto e que não seria adequado falar de forma a insultar os parlamentares, razão pela qual pediu a supressão dessa fala, o que foi deferido pela Mesa. O senhor José Luiz disse que vereador tinha que subir para falar de PDDU, deixando para falar de política no Plenário. O senhor Mozart Estrela afirmou que não constavam no Projeto planos e metas. Disse que não havia plano de saneamento nem de mobilidade, que o plano de encostas, de 2004, foi para o Governo do Estado, e que o PDDU não considerava os investimentos nas questões viárias feitos pelo Governo do Estado e nem as intervenções metropolitanas. Lembrou que o PDDU vai definir a vida da Cidade, mas disse que ele não cumpria seu papel, pois não tinha estudos técnicos, sendo uma mera carta de intenções. Disse que a consultoria recebeu 6 milhões e 800 mil para elaborá-lo, mas que os técnicos, demais colaboradores e cidadãos eram quem estavam dando o Projeto “de bandeja”. Sugeriu a devolução do Projeto à consultoria para elaboração de um novo, afirmando que o Plano em discussão corresponde à junção de Planos anteriores mais a parte tocante à OUC. O senhor Henrique Barreiros explicou que o PDDU de 2004 abriu a possibilidade de construir em todo o perímetro do terreno e comentou sobre as lâminas de garagem. Disse que o referido PDDU contou com a participação do CREA e se tornou uma peça muito bem escrita, pecando por não trazer horizontes e metas e por não ter sido feito nada do Plano de saneamento. Disse ainda que não foi exigida uma solução de drenagem nas lâminas de garagem. Informou que a LOUOS estava sendo feita à revelia de consulta popular e contou que, à época de Plano anterior, existia o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CONDURB), que permitia o acompanhamento dos caracteres técnicos, inclusive indicadores. Disse que a Prefeitura pegou pessoas notáveis e agora estava fazendo o possível para que a LOUOS não viesse e acabasse com tudo. Observou que, mais uma vez, foi inserido no Projeto o mesmo Plano de Saneamento e pediu que o secretário de Urbanismo não renunciasse receita. Lembrou que houve a tentativa de se extinguir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (FUNDURBS), criticou a alteração havida sobre o IPTU e desejou que fosse construído um modelo de matriz econômica que pudesse dar emprego à população. O senhor presidente agradeceu a todos os presentes e informou que a próxima audiência pública seria realizada no dia 15 de março. Nada mais

havendo, foi encerrada a audiência, e nós Cyro Serpa, Fernanda Fontainha e Vitor Nascimento, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Comissão Especial do PDDU.

ATA SUJEITA A REVISÃO.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão Especial do PDDU